

SPOA/SE/MINC

Estudo Técnico Preliminar 76/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 01400.033605/2025-01

2. Descrição da necessidade

2. Contextualização da Necessidade

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo subsidiar a contratação de serviços de condução e locação de veículos executivos, com e sem motorista, para atender às demandas de transporte institucional do Ministério da Cultura (MinC).

2.2 A necessidade decorre da demanda permanente por transporte de autoridades, servidores e materiais do Ministério, assegurando o cumprimento de agendas oficiais, deslocamentos administrativos e logísticos, dentro e fora do Distrito Federal.

2.3 A contratação visa garantir eficiência, segurança, pontualidade e padronização dos serviços de transporte, conforme as boas práticas da Administração Pública e o disposto nas normas de gestão de frota e contratações públicas vigentes.

2.4. Atualmente, o MinC possui contratação de motoristas em execução. Todavia, o atual contrato administrativo nº 11/224 - processo SEI (01400.020710/2023- 19) não está dimensionado para cobrir demandas extras (como despesas com diárias) o que está impactando diretamente no atendimento das demandas do MinC. Tal fato pode ocasionar em descontinuidade de atividades fins em andamento, considerando a necessidade de execução de missões em regiões que exigem a disponibilização de motoristas de forma contínua e com os custos dimensionados no contrato, o que não ocorre no contrato atual. Portanto, entende-se pela necessidade de nova contratação.

2.5. Quanto à necessidade de locação de veículos, o atual contrato nº 20/2023, em execução, disposto no processo SEI: 01400.003579 /2023-17, possui veículos executivos que não mais atendem as atuais demandas das autoridades do MinC, sendo necessário portanto nova contratação para aluguel de veículos do tipo SUV.

2.5. Declarações Obrigatórias e Alinhamento Institucional

2.5.1. Enquadramento da Terceirização: Certifica-se, em estrito atendimento ao art. 2º do Decreto nº 9.507/2018 e à Lista de Verificação da AGU, que os serviços a serem contratados enquadram-se como atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do Ministério da Cultura, não configurando a delegação de atividade-fim da Administração.

2.5.2. Autorização de Custeio: Tratando-se de atividade de custeio com serviços de transporte e locação de veículos, a contratação observa os ditames do art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, possuindo autorização expressa da autoridade competente para o seu prosseguimento.

- 2.5.3. Alinhamento Estratégico e Orçamental: O objeto encontra-se expressamente contemplado no Plano de Contratações Anual (PCA) do órgão, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), possuindo previsão de recursos que assegurem o pagamento das obrigações assumidas para o exercício financeiro.
- 2.5.4. Completude do Estudo Técnico (Art. 18 da Lei nº 14.133/2021): Declara-se que não houve supressão injustificada de elementos facultativos neste Estudo Técnico Preliminar. Todos os incisos previstos no §1º do referido artigo que se revelam pertinentes à natureza do objeto foram devidamente preenchidos e analisados por esta equipe de planejamento.
- 2.5.5. Gerenciamento de Riscos: A presente contratação foi objeto de prévio planejamento e gestão de incertezas, encontrando-se devidamente documentada no Mapa/Matriz de Riscos anexo aos autos, cujas medidas de tratamento mitigatórias foram diretamente incorporadas na modelagem do Termo de Referência.
- 2.6. Tal fato ocorre pois as ações finalísticas do órgão abrangem atividades das autoridades do MinC em localidades de difícil acesso e sem infraestrutura rodoviária (como comunidades calunga em regiões de difícil acesso, por exemplo). Portanto, entende-se por necessária a substituição por uma contratação que abranja locação de veículos do tipo SUV.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CGRL	342.807.901-91

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Gerais

- 4.1. A Contratada deverá considerar total e plenamente todas as especificações contidas no Termo de Referência e deverá estar apta a atender, de maneira satisfatória, a demanda do objeto que consiste em contratação de motoristas com dedicação exclusiva e aluguel de veículos.
- 4.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviços comuns, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 em seu artigo 6º, inciso XIII, ou seja, os padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Ademais, a contratação é usual no âmbito da Administração Pública e o serviço, conforme sua descrição está disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si, de modo que permite a decisão de aquisição com base no menor preço.
- 4.3. O serviço possui natureza continuada tendo em vista que é uma necessidade permanente e voltado para a manutenção da atividade administrativa, comprovadamente demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar e conforme consta na Portaria 116, de 24 de junho de 2014, a qual define os serviços de caráter continuado no âmbito ministerial.
- 4.4. O objeto deste estudo é considerado atividade de custeio, conforme definido no art. 2º, V da Portaria ME nº 7.828 de 30 de agosto de 2.022.
- 4.5. O serviço de transporte de se enquadra como atividade acessória da área de competência legal do Ministério da Cultura.
- 4.6. Os licitantes deverão observar os requisitos de habilitação previstos no edital e seus anexos.
- 4.7. A aptidão para a execução do serviço deverá ser comprovada mediante apresentação de atestados, conforme estipulado no Termo de Referência.

Da vigência inicial

- 4.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até o limite de 10 anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando comprovadamente for vantajoso para o MinC desde que haja autorização formal da autoridade competente e atendido os requisitos.

4.9. Os serviços de transporte em caráter permanente a serem prestados no Distrito Federal e entorno serão caracterizados como serviços COM dedicação exclusiva de mão de obra, em conformidade com a IN SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, c /c com a Instrução Normativa nº 05 /2017 /SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017.

4.10. Já os serviços de transporte em caráter eventual, de aluguel de veículos sem motorista, a Contratada deverá disponibilizar, sob demanda, o veículo por meio de aluguel de forma mensal, com que inclui as despesas com manutenção, seguro total (sem franquia) e demais custos inerentes que incidem sobre os veículos.

Dos requisitos de sustentabilidade

4.11. A Contratada deverá adotar as seguintes práticas:

4.11.1. Fornecer veículos mais eficientes, que respeitem os limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixado no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, nº 315, de 29/10/2002, nº 490, de 16/11/2018, nº 492, de 20/12 /2018, e legislação correlata.

a) Apresentar relatórios de emissão de CO2 de cada veículo sempre que solicitado pela Contratante, para comprovação do atendimento aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.

b) Fornecer veículos movidos por combustíveis renováveis (etanol, biodiesel, eletricidade etc), inclusive mediante tecnologia “flex”, com características menos agressivas ao meio ambiente.

c) Realizar manutenção preventiva, garantindo o bom funcionamento do veículo, visando a redução de emissão de gases poluentes.

d) Otimizar rotas, estabelecendo percursos mais curtos, ágeis e sem congestionamento, reduzindo assim, o desgaste do veículo e o consumo de combustível.

4.11.2. Fornecer veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

4.11.3. Fornecer veículos Leves de Passageiros, participantes do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, devendo a fabricante possuir Etiqueta Nacional de Conservação de Energia-ENCE, conforme Portaria 377, de 29/09/2011.

4.11.4. Utilizar pneus que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021. a) Providenciar recolhimento e o descarte adequado dos pneus usados ou inservíveis Originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09 /2009, e Política Nacional de Resíduos sólidos instituída pela Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010.

4.11.5. Utilizar óleo lubrificante que se enquadre no art. 2º, 12 e 13 da Resolução nº 804, de 2019.

a) Utilizar óleo que esteja previamente registrado na ANP;

b) Utilizar óleo de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

c) Utilizar óleo que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

d) Utilizar óleos classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;

e) Utilizar óleo que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

f) Efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305 /2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 362, de 23/06 /2005 e legislação correlata.

4.11.6. Providenciar a destinação ambiental das baterias usadas ou inservíveis, segundo o disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.11.7. Fornecer veículos automotores que obedeçam os limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11 /02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.

4.11.8. Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços.

4.11.9. Observar as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como, priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para a execução dos serviços.

Das reservas de vagas

4.12. Da reserva de vagas para vítimas de violência doméstica

4.12.1. O decreto nº 11430/2023 prevê em seu artigo 3º a reserva no percentual mínimo de 8% das vagas do contrato às mulheres vítimas de violência doméstica, aplicável aos contratos com quantitativo mínimo de 25 colaboradores.

4.12.2. Em observância ao Decreto nº 11.430/2023 e ao Decreto nº 12.516/2025, a contratação preverá a reserva de **5% (cinco por cento)** das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica. A adoção de percentual inferior à regra geral de 8% encontra amparo legal no §1º-A do art. 3º do Decreto nº 11.430/2023, justificando-se pelo fato de o presente contrato possuir quantitativo inferior a 25 colaboradores

4.12.3. O decreto também prevê em seu art. 5º o desempate nos processos licitatórios em favor de licitantes que promovam ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. Contudo, conforme § 2º, a aplicabilidade da medida dependerá de ato do Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

4.13. Da Reserva de vagas para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social

4.13.1. Conforme versa na minuta de Edital, as empresas deverão declarar através do sistema o efetivo cumprimento das vagas exigidas em lei e em outras normas específicas destinadas às pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social.

4.14. Da Reserva de vagas para aprendizes

4.14.1. Por força do Parecer n. 00001/2018/CPLC/PGF/AGU, as entidades da administração direta, autárquica e fundacional não estão obrigadas a incluir em seus Editais a previsão de percentuais mínimos de aprendizes nas contratações de serviços em regime de dedicação de mão de obra exclusiva.

4.14.2. Em razão das exigências para o cargo, bem como do necessário cumprimento das condições trabalhistas e previdenciárias para o preenchimento dos postos de trabalho, bem como em razão da não obrigatoriedade de prever aplicação da reserva, fica afastada a exigência.

4.15. Da Reserva de vagas para oriundos e egressos do sistema prisional

4.15.1. Por se tratar de atividades que permitam acessos às autoridades que lidam com temáticas delicadas e ao transporte de membros, considera-se a existência de incompatibilidade em relação à aplicação da reserva prevista no Decreto nº 9.450 de 2018.

4.16. Da participação de cooperativas e consórcios

4.16.1. Fica tecnicamente justificada e vedada a participação de cooperativas neste certame (art. 16 da Lei nº 14.133/21 e Súmula 281 do TCU), por se tratar de serviço continuado com subordinação direta e dedicação exclusiva de mão de obra, modelo incompatível com a essência societária do cooperativismo. Igualmente, restringe-se a formação de consórcios (art. 15 da Lei nº 14.133/21), haja vista que o objeto possui ampla competitividade no mercado para execução isolada, e a multiplicidade de CNPJs na gestão dos motoristas elevaria sobremaneira o risco de responsabilização trabalhista subsidiária da Administração.

4.16.2. No âmbito da discricionariedade conferida ao gestor, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a Equipe de Planejamento recomenda a não participação de empresas organizadas em consórcio, por entender que há quantidade razoável de empresas que atuam no mercado de forma independente e a contratação por consórcios de empresas poderá ensejar em maior risco de fiscalização e gestão contratual com o objetivo de manutenção de boas qualidades da prestação do serviço.

4.17. Garantia de execução

4.17.1. Deve ser exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento), em vista do valor estimado do contrato, nos termos do art. 98 da NLLC nº 14.133/2021. A exigência de garantia de execução contratual deve contemplar, também, a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela Contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento.

4.17.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.17.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.18. Representante da pessoa jurídica a ser contratada

4.18.1. A prestadora deve indicar preposto, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

4.19. Piso Salarial

4.19.1. Em conformidade com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 14.133/2021, e visando assegurar a isonomia na elaboração e julgamento das propostas apresentadas, bem como considerando as pesquisas de valores de mercado realizadas pelo Ministério da Cultura (MinC) para a formulação da estimativa de custos do objeto "serviços permanentes de motoristas, em regime de mão de obra exclusiva", as licitantes, **independentemente do sindicato ao qual**

estejam vinculadas, devem garantir que o salário mínimo dos motoristas executivos seja de, no mínimo, R\$ 3.532,00 (três mil, quinhentos e trinta e dois reais). Além do salário mínimo, os motoristas terão direito à todos os benefícios dispostos no Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2025 /2025, sob o número de registro no MTE: DF000176/2025.

4.19.2. A referida convenção abrange as categorias de Motoristas de Carro Leve, Motoristas de Veículos Pesados, Motoristas Executivos, Supervisores /Encarregados e Profissionais Condutores de Veículos Rodoviários, todas integrantes do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTT), que atuam na execução do serviço de transporte contratado de serviços terceirizados, com abrangência territorial no DF.

4.19.3. Em suma, nos termos da CCT citada acima, deverão observar também como paradigma:

a) salário-base Motorista de Veículo Executivo, no valor de R\$ 3.532,00;

b) Havendo deslocamento para regiões fora da abrangência territorial do DF, o empregador adiantará ao funcionário a importância de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para cobertura de despesas com alimentação e de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) em havendo necessidade de pernoitar. Caso as despesas excedam o valor do adiantamento, será devido ao empregado a diferença remanescente mediante comprovação dos gastos excedentes. Mesmo que exceda 50% do salário do empregado, o valor não integra a sua remuneração.

c) auxílio alimentação, no valor de R\$ 49,00 ao dia por dias efetivamente trabalhados;

d) assistência odontológica, nos termos da CCT e, em caso de interesse, conforme anuência do empregado;

e) Plano de saúde, nos termos da CCT :R\$ 435,00 (R\$ 305,00 custeado pela empresa e R\$ 130,00 custeado pelos trabalhadores, mediante autorização por escrito).

f) Auxílio funeral, nos termos da CCT: R\$ 3,61 (com cobertura de assistência funeral no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais e Seguro de vida no valor de R\$ 5.000,00).

g) benefícios de natureza trabalhista ou social, a saber:

g.1) Adicional Noturno (para os motoristas que trabalharem na escala 12 x 12 no horário noturno) CLT Art. 73. § 2º.

4.20. Controle de Frequência

4.20.1. A Contratada deverá manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

4.21. Vedações

4.21.1. Fica vedado forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos, conforme Art. 48, III, da Lei 14.133/21.

4.21.2. Fica vedada exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado, conforme Art. 48, VI, da Lei 14.133 /21.

4.21.3. Fica vedada a exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação na licitação, conforme Alínea “e” do Item 2.1 do Anexo VII-B da IN Seges 5/2017.

4.22. Escopo Técnico da Solução

4.22.1. A presente solução técnica engloba, sob o regime de empreitada por preço unitário, a prestação contínua e eventual de serviços de transporte terrestre, dividida nos seguintes eixos operacionais:

a) **Eixo A:** Alocação de 02 (dois) motoristas executivos (Dedicação Exclusiva de Mão de Obra - DEMO) para condução de veículos oficiais de representação já pertencentes à frota do Ministério da Cultura (MinC) e, eventualmente, condução da Van/Furgão locada.

b) **Eixo B:** Locação contínua de 02 (dois) veículos executivos tipo SUV, incluindo seguro total sem franquia e quilometragem livre, com alocação de 08 (oito) motoristas executivos (DEMO) em escala ininterrupta (24 horas) para atendimento direto a autoridades (Ministra de Estado e Secretário-Executivo).

c) **Eixo C:** Locação eventual (sob demanda) de 01 (um) veículo utilitário tipo Van/Furgão para transporte de cargas, sem motorista e com seguro total sem franquia.

4.23. Requisitos Técnicos da Frota (Veículos Locados)

4.23.1. **Veículos Tipo SUV (Eixo B):**

a) **Fabricação/Modelo:** Tempo máximo de uso de 01 (um) ano.

b) **Motorização e Dimensões:** Potência mínima de 200 CV (gasolina/etanol); distância mínima entre eixos de 2.600 mm; e vão livre do solo mínimo de 160 mm.

c) **Conforto e Estética:** 04 (quatro) portas; cor preta; ar-condicionado de fábrica; direção hidráulica; câmbio automático; vidros e travas elétricas nas quatro portas; espelhos retrovisores com controle interno; banco do motorista com regulagem de altura; luz de leitura traseira; e rádio AM/FM.

d) **Segurança:** Freios ABS; Airbag duplo frontal; alarme com acionamento à distância; protetor de cárter; cintos de três pontos; apoios de cabeça (dianteiros e traseiros); extintor ABC; e kit completo de emergência (estepe, chave de roda, macaco, triângulo e giroflex de sinalização).

4.23.2. Veículo Utilitário Tipo Van/Furgão (Eixo C):

a) **Fabricação/Modelo:** Tempo máximo de uso de **05 (cinco) anos** em relação ao ano vigente da prestação do serviço.

b) **Motorização e Capacidade:** Motor a diesel (4 cilindros); potência mínima de 120 CV; carga útil mínima de 1.300 kg; e Peso Bruto Total (PBT) mínimo de 3.500 kg.

c) **Dimensões:** Distância mínima entre eixos de 2.800 mm; largura mínima de 2,20m; e comprimento máximo de 7,20m, respeitando a legislação de trânsito atual.

d) **Conforto e Segurança:** Cabine simples; direção hidráulica; ar-condicionado; desembaçador de para-brisas; alarmes (antifurto, marcha à ré, e faróis acesos/chave na ignição); cintos de segurança (laterais de três pontos e central de dois pontos); e rádio AM/FM.

4.24. Requisitos Profissionais e de Qualificação (Motoristas)

4.24.1. Todos os motoristas alocados pela Contratada (CBO 7823-05 - Motorista Executivo) deverão comprovar, previamente ao início das atividades ou em caso de substituição, os seguintes requisitos: a) **Habilitação e Escolaridade:** Possuir CNH nas categorias "B" e "D" e Ensino Médio Completo. b) **Experiência:** Comprovação mínima de 12 (doze) meses de experiência na função, mediante registro na CTPS. c) **Capacitação:** Certificados de conclusão de cursos de Primeiros Socorros e de Direção Defensiva. d) **Idoneidade e Saúde:** Apresentação de certidões negativas (criminais, eleitorais e militares) nas esferas federal, estadual/distrital e militar; bem como atestados de saúde física e mental (custeados pela Contratada).

4.24.2. **Perfil Comportamental:** Exige-se urbanidade, discrição, absoluto sigilo sobre os assuntos tratados pelas autoridades, boa apresentação pessoal (asseio e uso rigoroso de uniforme) e zelo pelo patrimônio.

4.25. Requisitos Operacionais e Atribuições

4.25.1. **Rotinas de Manutenção e Vistoria:** O motorista é responsável pelo preenchimento diário de mapas de controle (veículos, combustíveis e horários). Diariamente, antes do uso, o motorista deverá realizar check-list visual e técnico do veículo (níveis de óleo e água, calibragem de pneus, funcionamento da parte elétrica, freios, lataria, limpeza e itens obrigatórios).

4.25.2. **Custos Variáveis e Viagens:** Nos deslocamentos e viagens intermunicipais ou interestaduais, a Contratada é obrigada a adiantar aos motoristas os valores referentes a alimentação e hospedagem (respeitados os tetos da Convenção Coletiva de Trabalho - CCT da categoria), bem como pedágios e estacionamentos. Tais despesas serão ressarcidas pela Administração na fatura mensal, mediante rubrica estimativa de provisão e devida prestação de contas.

4.25.3. **Infrações de Trânsito:** A Contratada e seus motoristas assumirão integral e exclusiva responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) cometidas durante a execução do serviço.

4.26. Qualificação Técnica da Contratada

4.26.1. Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar experiência prévia mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviços análogos. Tal exigência, amparada pela IN SEGES nº 05/2017 e pela jurisprudência do TCU, justifica-se pela alta complexidade da gestão ininterrupta de escalas e pelo severo impacto financeiro atrelado à gestão de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), visando mitigar o risco de inadimplência trabalhista ou falência precoce da contratada.

5. Levantamento de Mercado

Do atendimento ao princípio da padronização que trata o art. 40, V, “a”, da Lei 14133/21:

5.1. O objeto deste Estudo não se encontra catalogado no Catálogo Eletrônico de Padronização.

5.2. Este Estudo considerou, naquilo que se demonstrou compatível com a demanda, os aspectos técnicos atualmente executados por este Órgão somado às análises realizadas em contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais e contratos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, que melhor atendessem às necessidades da Administração. De acordo com a busca realizada foram identificadas e incorporadas na contratação em análise:

Contratação de motorista (mão-de-obra exclusiva):

5.3. Neste modelo está compreendido o fornecimento, pela Contratada, de serviços de motoristas executivos com dedicação exclusiva. No caso, os motoristas irão conduzir os veículos da frota do MinC e a Van do Tipo Furgão quando da necessidade de transporte de materiais entre as unidades do MinC.

5.4 É um modelo que melhor atende a necessidade das unidades que apresentam uso intensivo e frequente dos veículos. Porém, por envolver a mão de obra com dedicação exclusiva, implica em maior cautela e fiscalização efetiva para a fiscalização e gestão contratual.

Locação mensal de veículos com motorista:

5.5. Locação de dois veículos do tipo SUV (fabricação mínima - 1 ano), com km livre, (sem custos de combustível no DF), com motoristas com dedicação exclusiva, com prestação de serviços 24 horas por dia, em sistema de escala 12 x 36 para transporte da Ministra e do Secretário Executivo.

5.6. Neste modelo a Contratada deverá disponibilizar, de forma permanente, o veículo tipo SUV com motorista executivo, garantindo a cobertura contínua e ininterrupta (escala 12x36). As horas extras e o adicional noturno inerentes à referida escala já estão contemplados no custo fixo do posto. As despesas eventuais com alimentação e hospedagem em caso de viagens serão tratadas de forma apartada, mediante acionamento da rubrica de Provisão para Ressarcimento de Viagens, nos limites da CCT vigente.

Contratação de Veículo sem motorista, por demanda.

5.7. Esse caso se aplica à necessidade de locação de Van do tipo Furgão, por demanda, sem motorista para atender a necessidade de transporte de materiais entre as unidades do MinC.

5.8. Neste modelo os custos se dão por meio de diárias de locação a serem pagas de forma mensal.

Contratação por sistema de aplicativos

5.9. Além das soluções acima, existe o sistema de transporte, atualmente denominado de MOBGOV. Todavia este se caracteriza por serviços comuns e não se adequa à condução de autoridades, como proposto neste ETP.

Locação x Aquisição

A opção pela locação de veículos com dedicação exclusiva de mão de obra (serviço como utilidade) demonstra maior eficiência administrativa e melhor relação de Custo Total de Propriedade (Total Cost of Ownership - TCO) em detrimento da aquisição de frota própria. A modelagem transfere à contratada o ônus financeiro e operacional com a depreciação acelerada, recolhimento de impostos (IPVA), contratação de seguro total, gestão de manutenções preventivas/corretivas e fornecimento de carro reserva imediato, garantindo a disponibilidade ininterrupta exigida para o transporte de autoridades, em consonância com a jurisprudência do TCU (Acórdão nº 107/2006-Plenário)

Análise das opções de mercado e escolha da solução

5.10. A Equipe de Planejamento considerou que para a presente contratação, a forma adequada para a prestação de serviços é a contratação de serviço de motorista para a frota do MinC, na forma de mão de obra com dedicação exclusiva; locação mensal de veículos do tipo SUV com motorista com dedicação exclusiva para atendimento das demandas da Ministra e Secretário Executivo, bem como aluguel por diária de Van do tipo Furgão para transporte de materiais.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O formato desta contratação refere-se à prestação de serviços de motorista e locação de transporte terrestre para atendimento no deslocamento das autoridades do MinC, de forma permanente, quais sejam o(a) Ministro(a) de Estado e o(a) Secretário(a)- Executivo(a), e de forma eventual para os demais servidores deste Órgão, incluindo seguro total e demais insumos, nos termos a seguir:

6.1.1. Serviços de motoristas com dedicação exclusiva para condução de veículos representação/executivo do MinC;

6.1.2. Serviços de aluguel mensal de veículos executivos do tipo SUV com motorista executivo para atendimento da Ministra e do Secretário Executivo;

6.1.3. Serviços de locação de Van do Tipo Furgão para transporte de carga, sem motorista.

6.1.4. Comprovação de experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços similares fundamenta-se na complexidade da gestão ininterrupta de escalas (12x36 e diurnas) e no impacto financeiro das obrigações trabalhistas vinculadas à Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO). O prazo é proporcional, amparado pela IN SEGES nº 05/2017 e pela jurisprudência do TCU, visando mitigar o risco de inadimplência gerencial ou falência precoce da contratada

6.2. Motoristas com dedicação exclusiva para condução de veículos representação/executivo do MinC (mão-de-obra exclusiva):

- 6.2.1. Contratação de dois motoristas executivos para condução dos veículos de representação do MinC para transporte de autoridades e, quando da necessidade de transporte de carga, da Van do Tipo Furgão;
- 6.2.2. Nos casos de necessidade de deslocamento e viagens intermunicipais ou interestaduais, a contratada deverá adiantar ao motorista os valores referentes a alimentação e hospedagem, respeitando rigorosamente os tetos fixados na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, bem como arcar inicialmente com custos de pedágios e estacionamento. Tais despesas variáveis **serão integralmente ressarcidas pela Administração** na fatura subsequente, mediante apresentação de prestação de contas, de forma a garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a exequibilidade do contrato.
- 6.2.3. O valor base dos salários e os benefícios serão conforme o estabelecido no item 4.19 deste ETP.

6.3. Locação de veículos SUV com motorista:

- 6.3.1. Locação de dois veículos do tipo SUV (fabricação mínima - 1 ano), com km livre, (sem custos de combustível no DF), com 8 motoristas (quatro por veículo - dois noturnos e dois diurnos) com dedicação exclusiva, com prestação de serviços 24 horas por dia, em sistema de escala 12 x 12 para transporte da Ministra e do Secretário Executivo.
- 6.3.2. Os salários, benefícios e ajuda de custos mínimos estão estabelecidos no item 4 deste ETP.
- 6.3.3. A depender da escala e conforme decisão superior, o motorista contratado no regime de dedicação exclusiva poderá conduzir os SUVs para transportar a Ministra e o Secretário Executivo em missões no Distrito Federal e fora dele. No caso de viagens intermunicipais ou interestaduais, o motorista fará jus aos valores de alimentação e hospedagem previamente adiantados pela Contratada. Tais custos serão posteriormente ressarcidos pela Administração conforme os tetos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), debitando-se da rubrica estimativa de Provisão para Viagens
- 6.3.4. Os SUVs deverão possuir no mínimo as seguintes características:

Veículo automotor, tipo Sport Utility Vehicle (SUV), categoria representação sem combustível e seguro total sem franquia. Veículo com potência mínima total de 200 CV (gasolina/etanol), distância mínima entre eixos de 2600 mm, vão livre do solo mínimo de 160 mm, quatro portas, direção hidráulica, ar condicionado de fábrica, câmbio automático, freios ABS, Airbag duplo, cor preta, vidro elétrico, trava elétrica nas quatro portas, espelhos retrovisores externos com controle interno, alarme de acionamento à distância, apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros (de fábrica), abertura do porta-malas por sistema interno, radio AM /FM ,banco do motorista com regulagem de altura, incidência de luz de serviço ou leitura sobre os bancos traseiros, protetor de Carter, extintor de incêndio com carga de pó ABC, acessórios obrigatórios: cintos de segurança, três pontas, estepe, tapetes, chave de roda, macaco, triângulo e kit de sinalização (giroflex).

6.4. Locação de Van do tipo Furgão, sem motorista, por demanda.

- 6.4.1. Locação de Van do tipo Furgão, sem motorista, conforme a demanda do MinC, com as seguintes especificações mínimas:

Veículo Leve de Carga (VLC), de Cabine Simples, tipo furgão, sem motorista, sem combustível e seguro total sem franquia. Ano de fabricação do chassi e carroceria: ano vigente ou superior. Motor: 4 cilindros. Combustível: diesel. Potência do motor: 120 cv ou superior. Carga útil: no mínimo de 1.300 Kg. Distância mínima entre eixos: 2.800 mm. Direção hidráulica. Ar condicionado. Rádio AM/FM. Cintos de segurança laterais retráteis de três pontos e central de dois pontos. Jogo de tapetes. Desembaçador de para-brisas. Dimensões máximas: largura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) e comprimento máximo de 7,20m (sete metros e vinte centímetros). As dimensões máximas aceitáveis devem respeitar a legislação atual. Peso Bruto Total (PBT): 3.500 Kg (mínimo). Alarme antifurto. Alarme sonoro de faróis acesos e chave na ignição. Alarme sonoro de marcha ré.

- 6.4.2. Horário de utilização será das 08:00 às 18:00, **conforme a demanda do MinC**.

- 6.4.3. O combustível utilizado será repostado pelo MinC após o uso.

- 6.4.4. Forma de custo - diária conforme a demanda.

- 6.4.5. Resumindo as necessidades do MinC, segue tabela:

ITEM	Quantidade veículos	Quantidade de motoristas
Motorista Executivo (horário comercial)	0	2
Locação de Veículo do Tipo SUV com motorista executivo com dedicação exclusiva (24 horas)	2	8
Locação de Van do tipo Furgão		

<i>para transporte de carga sem motorista (por demanda - diária)</i>	1	0
--	---	---

6.6. A solução para atendimento das necessidades do Ministério da Cultura é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa contratada mediante alocação de empregados para desenvolvimento de atividades de motorista e aluguel de veículos, de acordo com as especificações e exigências estabelecidas no TR que balizará o processo licitatório.

6.7. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação dos serviços especializados na área de motorista executivo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

6.8. A presente contratação adotará como regime de execução empreitada por preço unitário que é “quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas” (art. 6º, XXVIII, da Lei nº 14.133/21).

6.9. Qualificações:

6.9.1. Para o exercício da profissão, deverá preencher os seguintes requisitos profissionais:

6.9.1.1. MOTORISTA EXECUTIVO: Considerando as atribuições exigidas pela Controladoria Geral da União, o Código Brasileiro de Ocupação – CBO compatível é o de nº 7823-05 (Motorista Executivo).

I - Qualificação mínima: a) Carteira Nacional de Habilitação — CNH Categoria "B" e "D"; b) Possuir Ensino Médio Completo; c) Possuir cursos de primeiros socorros e direção defensiva, e d) Ter, no mínimo, doze meses de experiência devidamente comprovado na CTPS (Carteira de trabalho e Previdência Social).

6.9.2. As comprovações dos requisitos acima mencionados deverão ser apresentadas no ato da assinatura do contrato, ou quando houver a substituição de qualquer profissional.

6.10. Requisitos:

6.10.1. Possuir postura profissional e apresentação pessoal adequada.

6.10.2. O perfil geral exigido para todos os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho deverá contemplar:

- a) Responsabilidade;
- b) Polidez; Discrição e Boa apresentação;
- c) Dinamismo e Iniciativa para o desempenho das atribuições demandadas;
- d) Autodomínio;
- e) Senso de organização;
- f) Facilidade de comunicação;
- g) Aptidão para atendimento ao público;
- h) Capacitação para o desenvolvimento das atividades;
- i) Sigilo sobre assuntos tratados;
- j) Capacidade de comunicar-se com desenvoltura e cordialidade;
- k) Postura compatível às atividades que são desenvolvidas no âmbito da CONTRATANTE;
- l) Zelo pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações;
- m) Cumprimento de todas as normas e determinações legais emanadas do Fiscal do Contrato;
- n) Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos do contrato;
- o) Educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção no trato de todos os servidores da CONTRATANTE, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas.
- p) ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais, sem registros de indiciamento em inquérito policial, de estar sendo processado criminalmente ou ter sido condenado em processo criminal de onde reside, bem como o local em que realizado o curso de formação, reciclagem ou extensão: da Justiça Federal; da Justiça Estadual ou do Distrito Federal; da Justiça Militar Federal; da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal e Justiça Eleitoral;

- q) estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- r) possuir registro no Cadastro de Pessoas Físicas;
- s) Os exames de saúde física e mental serão às expensas da Contratada.

6.11. Atribuições:

- a) Dirigir automóveis de pequeno e médio porte, no centro e entorno de Brasília/DF ou em viagens a serviço do Órgão, a fim de transportar pessoas e/ou cargas;
- b) Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de uso, verificando todos os aspectos relacionados com o seu perfeito funcionamento;
- c) Conferir as notas e documentação relativa as cargas e materiais a serem transportados;
- d) Comunicar, de forma imediata, a Unidade competente do MinC, toda e qualquer anormalidade (defeitos mecânicos, falta de combustível, incêndio, acidentes, problemas de segurança pessoal, pneus, etc.) do veículo sob sua responsabilidade;
- e) Manter o veículo convenientemente com os pneus calibrados;
- f) Manter o veículo abastecido, tanto quanto o tanque de combustível, os níveis de óleo do motor, da direção hidráulica, do câmbio, como os níveis de água;
- g) Observar o bom funcionamento da bateria, sistema elétrico, freios;
- h) Zelar pelos itens de segurança, limpeza, conservação e acessórios instalados no veículo sob sua responsabilidade;
- i) Ordenar a saída, em caso de incêndio, de todos os passageiros do veículo e tentar debelar o fogo, utilizando os dispositivos específicos para o caso;
- j) Permanecer no local onde se encontra o veículo até a chegada do socorro solicitado, nos casos de defeitos mecânicos, falta de combustível, problemas em pneus e incêndio
- k) Conduzir o veículo de acordo com as regras do Código Nacional de Trânsito, evitando cometer infrações nelas previstas;
- l) Responsabilizar-se pelas infrações de trânsito que cometer, correndo por sua conta e risco qualquer responsabilidade aplicada ao veículo sob sua guarda, comunicando ao MinC, imediatamente;
- m) Não permitir a entrada no veículo de qualquer pessoa não portadora de autorização para uso dos serviços de transportes;
- n) Não parar ou estacionar o veículo em locais proibidos;
- o) Preencher, diariamente, Mapa de Controle de Veículos, Mapa de Controle de Combustíveis e Mapa de Controle de Horários, sendo o Mapa de Controle de Horários de entrada e saída dos veículos objeto de verificação diária, pelo setor competente;
- p) Apresentar-se diariamente ao local de trabalho, de maneira asseada, higiene corporal e devidamente uniformizado e com boa aparência;
- q) Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, salvo autorização por escrito da autoridade maior deste Ministério da Cultura, comunicando qualquer defeito porventura existente.

6.12. Os serviços de condução de veículos serão executados com fundamento nos seguintes critérios:

- a) Conservar os veículos do Ministério da Cultura, em perfeitas condições de uso, limpeza e segurança;
- b) Comunicar a necessidade dos serviços de manutenção e abastecimento dos veículos;
- c) Preencher a Ficha de Utilização do Veículo, utilizada pelo de Transporte;
- d) Observar as normas internas do Ministério;
- e) Atender as normas legais de segurança, higiene e saúde para o devido cumprimento de suas atividades;
- f) Os motoristas, na execução dos serviços de condução de veículos, deverão observar os seguintes critérios:
- g) Zelar pela conservação dos veículos e seus acessórios, verificando as suas condições gerais de uso, tais como:
- h) Fazer, no mínimo, uma vistoria por dia nos veículos do Ministério da Turismo, preferencialmente pela manhã;
- i) A vistoria do estado geral do veículo deverá consistir da verificação de:

j) Existência de amassados e arranhões na lataria;

k) Limpeza da pintura e do interior;

l) Existência e condições dos acessórios obrigatórios (estepe, macaco, chave de roda, extintor, triângulo, retrovisores);

m) Nível do óleo do motor, do fluido de freio e da água;

n) Parte elétrica, testando o funcionamento de todos os componentes do sistema (buzina, setas, pisca alerta, lanternas, farol alto e baixo, luzes de ré, do painel e interna);

o) Funcionamento dos cintos de segurança;

p) Calibragem de pneus.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Conforme a modelagem da necessidade e o histórico de consumo do Ministério da Cultura, as quantidades estimadas para a contratação dividem-se em duas naturezas orçamentárias distintas: os postos e veículos de custo fixo (que serão submetidos à disputa de lances) e a rubrica estimativa de ressarcimento de viagens (custo variável indenizatório).

7.2. O detalhamento quantitativo para o Grupo Único compõe-se de:

- Motorista Executivo (Diurno, 08h-18h): **2 postos**
- Locação de SUV com motorista (24h, Escala 12x36): **2 unidades**
- Locação de Van do tipo Furgão (sem motorista, sob demanda): **360 diárias**
- Provisão para Ressarcimento de Despesas de Viagens e Pedágios: **1 verba estimativa global**

7.3. Justificativa para a Quantificação da Verba de Provisão para Viagens A prestação de serviços de transporte de autoridades do MinC (Ministra e Secretário-Executivo) envolve deslocamentos eventuais para fora do Distrito Federal. A Cláusula Sexta do Termo Aditivo da CCT SITTRATER/DF 2025/2025 impõe o adiantamento, por parte da empregadora, de valores fixos para alimentação e hospedagem aos motoristas nessas situações.

7.3.1. Para evitar o sobrepreço na Planilha de Custos mensal com a inclusão de verbas incertas, ou a transferência de um risco incalculável para a futura contratada — o que violaria o princípio do julgamento objetivo da licitação (art. 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021) —, a Administração optou por isolar este custo variável da disputa do Pregão Eletrônico, tratando-o mediante rubrica de *Provisão para Ressarcimento*.

7.3.2. A referida rubrica de provisão servirá exclusivamente para reserva de empenho e será executada de forma estritamente indenizatória, proporcional às viagens efetivamente realizadas, mediante ordem de missão prévia e prestação de contas (recibos e faturas) por parte da Contratada, sem qualquer incidência de Lucro, Custos Indiretos ou Tributos (CITL).

7.4. Memória de Cálculo da Provisão Com base no histórico de missões do Ministério da Cultura (utilizando como amostragem o 3º trimestre/2025 projetado para 12 meses), estimou-se o seguinte cenário de consumo:

- **28 diárias simples** (apenas alimentação, sem pernoite) x R\$ 350,00 (Teto CCT) = R\$ 9.800,00.
- **12 diárias completas** (alimentação + pernoite) x R\$ 750,00 (Teto CCT) = R\$ 9.000,00.
- **Margem estimativa** para eventuais diárias extras, pedágios e estacionamento de veículos oficiais = R\$ 11.200,00.
- **Total da Provisão Estimativa Anual: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

8. Estimativa do Valor da Contratação

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O Valor Global Estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.373.146,56 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).**

8.2. Em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, a engenharia financeira desta contratação foi dividida em duas naturezas orçamentárias distintas, a fim de preservar o julgamento objetivo da licitação e evitar a inclusão de riscos imprevisíveis na tarifa fixa:

8.2.1. Parcela Submetida à Disputa de Lances (R\$ 1.343.146,56): Corresponde aos custos fixos mensais com a locação dos veículos (SUVs e Vans) e a mão de obra dos motoristas. A estimativa desta parcela foi elaborada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, combinando fontes de naturezas distintas (Painel de Preços e Cotações com Fornecedores), além da estrita adoção do Termo Aditivo da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria (SITTRATER 2025 /2025 - MTE: DF000176/2025). Os dados foram submetidos a análise crítica e estatística, conforme detalhado na Nota Técnica de Pesquisa de Preços anexa ao processo.

8.2.2. Parcela de Provisão Estimativa (R\$ 30.000,00): Corresponde a uma verba de natureza estritamente indenizatória, inegociável e que não compõe a disputa do Pregão. Destina-se ao ressarcimento futuro de despesas variáveis com viagens intermunicipais/interestaduais (alimentação e hospedagem fixadas nos tetos da CCT da categoria, além de pedágios), que serão pagas mediante efetiva realização e prestação de contas, sem incidência de Lucro, Custos Indiretos ou Tributos (CITL).

8.3. A composição detalhada do Valor Global Estimado, com a devida segregação, encontra-se demonstrada nas tabelas de Especificações do Objeto constantes no Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando a necessidade de gestão única das modalidades das soluções encontradas, tendo em vista tratar-se de serviços que envolvem as autoridades do MinC, e que falhas o excesso de contratos pode gerar falhas que comprometem eventuais missões institucionais, entende-se pela necessidade de contratação de fornecedor único.

9.2. Tal medida implica, ainda em economicidade e eficiência de gestão considerando o número limitado de técnicos de fiscalização atualmente na área de licitação do MinC.

9.3. Portanto, pela necessidade de se contratar um único fornecedor exclusivo para o objeto, não há que se falar em parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para contratação de motoristas executivos, atualmente o MinC possui em execução o contrato administrativo nº 11/224 - processo SEI (01400.020710/2023- 19), o qual não está dimensionado para cobrir demandas extras (como despesas com diárias) o que está impactando diretamente no atendimento das demandas do MinC podendo ocasionar em descontinuidade de atividades fins em andamento.

10.2. Quanto ao aluguel de veículos, consta a necessidade de alterar o modelo de veículos para atender as demandas da Ministra e do Secretário Executivo. O atual contrato nº 20/2023, em execução, disposto no processo SEI: 01400.003579 /2023-17, possui veículos executivos que não mais atendem as atuais demandas das autoridades do MinC, sendo necessário portanto nova contratação para aluguel de veículos do tipo SUV, conforme especificações dispostas neste ETP.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. A contratação de serviço de motorista está contemplada no Planejamento Anual de Contratações 2026.

12. Resultados Pretendidos

12. A contratação pretendida colaborará para a perfeita execução dos serviços de condução de veículos para o transporte das autoridades, tendo em vista que a quantidade de postos e a locação dos veículos a serem contratados atenderá as demandas dos gabinetes, impedindo jornadas exaustivas de motoristas, observando direitos trabalhistas, garantindo assim segurança jurídica para a gestão contratual.

13. Providências a serem Adotadas

13. No caso específico desta contratação não é necessário adequação do ambiente do Ministério da Cultura para implantação dos serviços terceirizados, pois a instituição trabalha com as categorias a serem contratadas há alguns anos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação objeto deste Estudo, a priori, não causará impactos ambientais, porém, a contratada deverá instruir seus funcionários sobre a importância das políticas de sustentabilidade, com atenção ao consumo consciente, aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos humanos.

14.2. A prestação do serviço deverá ser pautado em boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição, uso racional de água, energia elétrica e insumos, adotando medidas para evitar o desperdício.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Em cumprimento ao disposto no **inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, a Equipe de Planejamento da Contratação declara que a contratação é **VIÁVEL** técnica, econômica e operacionalmente.

15.2. A declaração de viabilidade fundamenta-se nas seguintes premissas analisadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar:

- **Viabilidade Econômica:** A pesquisa de mercado obedeceu rigorosamente à IN SEGES/ME nº 65/2021. O saneamento da amostra e a adoção dos valores da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) garantem a adequação orçamentária, a exequibilidade das propostas e a economicidade para a Administração. O valor global estimado da contratação de **R\$ 1.373.146,56 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)** — composto pela parcela fixa de lances e pela provisão indenizatória para viagens — é compatível com os preços de mercado e com a disponibilidade orçamentária prevista.
- **Viabilidade Operacional:** O órgão dispõe de capacidade operacional para a gestão e fiscalização do contrato. Conforme consignado no item 13 deste ETP, não são necessárias adequações no ambiente físico do Ministério da Cultura, uma vez que a instituição já opera com categorias similares e possui rotinas estabelecidas para a gestão de frota e pessoal terceirizado.
- **Sustentabilidade:** A contratação prevê exigências de sustentabilidade ambiental (como a preferência por veículos com tecnologias menos poluentes e uso racional de insumos) e social (respeito às normas trabalhistas e previdenciárias), alinhando-se aos objetivos de desenvolvimento nacional sustentável previstos na legislação.

15.3. Diante do exposto, concluímos que a solução escolhida é a que melhor atende ao interesse público, mostrando-se oportuna e conveniente para suprir a necessidade de transporte institucional do Ministério da Cultura.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WESLEY DE SOUZA ALVES OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 16:42:14.

PEDRO IVO CLEMENTE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 16:05:15.

CELIA REGINA LOPO DE ALENCAR

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 16:20:33.